



PAINEL 3 – A GOVERNANÇA DA TERRA VIVIDA NAS PERIFERIAS

João de Figueiroa-Rego

Um mundo de papéis. Escrita e governança nos espaços da Coroa de Portugal (sécs. XVII-XVIII)

RESUMO | ABSTRACT

A despeito da natureza ainda bastante descritiva da comunicação que se pretende apresentar, o trabalho de análise realizado pelo autor constitui um primeiro ensaio de processamento de dados sobre comunicação política, administrativa e pessoal baseado, essencialmente, na documentação de várias instituições e magistraturas do centro político na época moderna.

Documentação que deve ser vista e entendida à luz de três diferentes matizes, consoante a sua proveniência, destino e alcance: correspondência oficial, correspondência privada, arbitramento. Este último, não no sentido genérico atribuído à Escola de Salamanca e à Coroa de Castela, mas como expressão quase memorialista de quem observava, no centro e, sobretudo, nas periferias, as questões administrativas e de mando, concorrendo com sugestões e críticas.

Esta advertência é necessária e, embora sumariamente enunciada, assenta em fundos documentais com um grande potencial de pesquisa. O conteúdo do enorme fluxo de correspondência gerado, quer entre governantes, quer destes com particulares, permite uma leitura comparada e complementar dos circuitos epistolares.

A diversidade e riqueza das matérias e pontos de vista abordados é evidente e reveladora de um conjunto complexo de redes em que os actores sociais assumem, também, papel de mediadores e definem o ritmo quotidiano das instituições da monarquia portuguesa, na metrópole e em distintos espaços geográficos.

A permeabilidade a certas influências e comportamentos indiciadores de atitudes corporativistas nas magistraturas e outros órgãos (Conselhos da Fazenda, de Guerra e Ultramarino, Junta da Administração do Tabaco, Mesa da Consciência e Ordens, Santo Ofício, Desembargo do Paço), os bastidores dos governos



ultramarinos, os poderes locais, irmandades e confrarias, para citar alguns exemplos, não podem ser dissociados do poder da palavra escrita, seja ela sob a forma de alvarás, avisos, consultas ou correspondência privada.

NOTAS CURRICULARES | BRIEF CURRICULUM

Mestre em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, Doutor em História Moderna, com a Tese “A honra alheia por um fio: os estatutos de limpeza de sangue nos espaços de expressão ibérica (sécs. XVI-XVIII)”, editada pela FCG/FCT (2011). Publicou vários textos sobre temáticas de História Social, Cultural e Económica luso-afro-brasileira, ibérica e atlântica, sendo Investigador integrado e subdirector do CHAM – Centro de Humanidades (FCSH-NOVA-UAc), coordenador dos Anais de História de Além-Mar (AHAM) e membro efectivo do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar. Integrou diversos Projectos Internacionais de Investigação e recebeu os Prémios da Fundação António Almeida e da Associação Portuguesa de História Económica e Social.

Edite Martins Alberto

“E sejam pessoas honestas ... com honestidade pedindo” – os mamosteiros das ilhas

RESUMO | ABSTRACT

O cargo de mamosteiro-mor dos cativos foi criado com o fim de superintender a arrecadação de bens e valores resultantes de esmolas, penas, resíduos ou legados testamentários, destinados ao resgate dos cristãos cativos no Norte de África.

Inicialmente, a recolha foi realizada pelos religiosos da Ordem da Santíssima Trindade, que estavam responsáveis pela organização dos resgates, primeiro em terras da Península Ibérica e após a conquista de Ceuta, nas praças norte africanas. Com a criação do Tribunal da Redenção dos Cativos por D. Afonso V, em